



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

EDITAL

EDITAL DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E DE RELATOS DE BOAS PRÁTICAS - COLETÂNEA NACIONAL DE PUBLICAÇÕES DOS NÚCLEOS DE SUSTENTABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

O Presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Conselho Nacional de Justiça, Conselheiro Guilherme Guimarães Feliciano, nos termos do art. 17, VI e art. 28, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), e do art. 6º, da Portaria CNJ n. 178/2019, torna pública a presente chamada para a submissão de artigos científicos que irão compor a **Coletânea Nacional "Sustentabilidade e Economia Circular no Sistema de Justiça: estados e estudos"**, reunindo experiências, análises críticas e propostas de inovação em tema de sustentabilidade e circularidade econômica no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e do(s) sistema(s) de Justiça em sentido lato, nos termos abaixo:

1. OBJETIVO

Reunir e divulgar artigos técnico-científicos e relatos de boas práticas que expressem a atuação dos Núcleos de Sustentabilidade de todos os Tribunais brasileiros, além de outras experiências no âmbito da Administração Pública, da iniciativa privada e do terceiro setor, aptas a fortalecer a cultura da sustentabilidade no Poder Judiciário.

2. TEMA E TÍTULO

Sustentabilidade e circularidade econômica no Poder Judiciário e no(s) sistema(s) de Justiça (nacional e estrangeiros). Coletânea "Sustentabilidade e Economia Circular no Sistema de Justiça: estados e estudos".

3. PÚBLICO-ALVO

- Magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) dos tribunais brasileiros;
- Pesquisadores(as), professores(as) e estudantes que desenvolvam trabalhos relacionados à sustentabilidade no setor privado, no setor público, no terceiro setor e em especial no Poder Judiciário.

4. DATA, HORÁRIO E LOCAL

A publicação será lançada no Conselho Nacional de Justiça, em março de 2026, mês em que se celebra o Dia Internacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em data ainda a ser definida.

5. NORMAS DE SUBMISSÃO

5.1 Estrutura e Formatação (ABNT - NBR 6022/2018, NBR 10520/2023 e correlatas)

- Extensão:** entre **12 e 20 páginas**, incluindo referências, tabelas, quadros, gráficos e anexos.
- Formato:** papel A4, margens superior e esquerda de 3cm; inferior e direita de 2cm.
- Fonte:** Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas.
- Notas de rodapé:** fonte tamanho 10, espaçamento simples.
- Numeração de páginas:** canto superior direito, a partir da introdução.
- Título:** centralizado, em negrito, tamanho 14.
- Subtítulos:** alinhados à esquerda, em negrito, numerados progressivamente conforme NBR 6024/2012.
- Citações diretas curtas** (até 3 linhas): no corpo do texto, entre aspas
- Citações diretas longas** (mais de 3 linhas): recuo de 4cm, fonte 10, sem aspas.
- Referências:** ao final, em ordem alfabética, conforme NBR 6023/2018.
- Resumo:** até 250 palavras, seguido de três a cinco palavras-chave.

5.2 Idioma

- Os textos devem ser apresentados em português;

5.3 Originalidade

- Os artigos devem ser inéditos, não publicados em outros periódicos ou livros.

6. INSCRIÇÕES

Os artigos deverão ser enviados, de acordo com as normas previstas no item anterior, até o **dia 31 de janeiro de 2026**, por meio de link a ser disponibilizado no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça.

7. AVALIAÇÃO

Os trabalhos serão avaliados por Comissão Editorial composta por representantes dos tribunais e especialistas em sustentabilidade. Serão observados:

- Relevância do tema;
- Clareza e objetividade;
- Adequação às normas da ABNT;
- Qualidade técnica e científica.

8. CRONOGRAMA

- Lançamento do Edital:** outubro de 2025
- Prazo final para submissão:** janeiro de 2026

·**Divulgação dos artigos aprovados:** fevereiro de 2026

·**Lançamento oficial do livro:** março de 2026

9. PUBLICAÇÃO

A coletânea será publicada em formato digital (PDF de acesso aberto) e em edição impressa com tiragem limitada.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A submissão de artigos implica a cessão gratuita dos direitos autorais ao Conselho Nacional de Justiça para fins de publicação.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Editorial.

10.3. Informações adicionais poderão ser solicitadas por meio do e-mail gab.ggf@cnj.jus.br

10.4. Este edital passa a ter validade a partir da data de sua publicação.

Brasília, data registrada no sistema.

Conselheiro GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO

**Presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Conselho Nacional de Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME GUIMARAES FELICIANO, CONSELHEIRO**, em 17/10/2025, às 16:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2371209** e o código CRC **05730776**.